CULPA DA CRISE

Prefeitura ainda não definiu data para pagar salário de junho

Os 17,6 mil servidores do município recebiam no dia 1º; desde o mês passado, data tornou-se incerta

LUCAS JUNOT

Desde abril, o fim do mês levanta questionamentos sobre o pagamento dos servidores municipais no mês seguinte.

O questionamento é sempre o mesmo: diante da crise econômica da Capital, o Executivo conseguirá pagar os servidores até o quinto dia útil, como determina a lei?

Nos bastidores da gestão municipal, a informação é de que o salário seria pago por volta do dia 10 de julho.

O secretário-adjunto de Planejamento, Controle e Finanças, Ivan Jorge, garante que o pagamento sai no prazo legal, mas o titular da administração, Wilson do Prado, confessa, "a prefeitura está no 'cheque especial'".

A folha de pagamento dos funcionários públicos municipais tem sido objeto de medidas de contingenciamento desde abril, em busca da diminuição do índice de comprometimento da receita com gastos de pessoal, uma vez que o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal (51,3%) foi extrapolado.

Saiba

Folha do mês de junho ainda não foi fechada

A Prefeitura de Campo Grande emprega em torno de 17,6 mil servidores, incluindo os temporários. Até ontem, segundo os representantes do setor financeiro, ainda era calculada a soma total da folha a ser paga em julho

O fechamento da folha, que tradicionalmente ocorre por volta do dia 20 de cada mês, ainda não aconteceu.

Ambos os secretários ainda desconhecem o valor que será pago em julho para custear servidores.

Wilson do Prado explica que a folha permanece em aberto para que os ajustes financeiros impactem já no mês seguinte.

BRUNO HENRIQUE



DESENCONTRO DE INFORMAÇÕES. Ivan Jorge (em pé) nega atraso no salário, apesar dos rumores

Até o dia 29, o secretário definirá, por exemplo, o número de professores cedidos que retornará à sala de aula e o de contratados que serão dispensados.

O secretário diz ainda que, em virtude do mau momento da economia, já conta com recursos que ainda nem foram empenhados para equilibrar as finanças, o que tem sido comum frente à crise.

"Estamos em um momento complicado. O ICMS que é o principal componente da receita do tesouro teve o índice reduzido pelo ex-governador em dezembro de 2014. É esse o impacto que estamos vivendo", lembra.

Ivan Jorge explica que o pagamento é efetuado com a reserva de recursos no fim do mês presente a ser complementada pelos recursos que entram em caixa no mês seguinte.

Esse valor é desconhecido. Conforme o secretário-adjunto, os recursos destinados ao pagamento da folha serão provenientes do repasse da última parcela do ICMS e do Fundo de Participação dos Municípios, depositado no dia 30, mas compensado dois dias depois, no dia dois de julho.

"Nossa prioridade é cumprir com a Lei de Responsabilidade Fiscal e pagar o servidor em dia. Essa situação financeira não é exclusividade de Campo Grande, é nacional.

Essa experiência o Estado já viveu e a Prefeitura também, há 20 anos. Elevar a receita é fator preponderante para sair da crise. Nessa conta, a folha é o numerador e a receita o denominador. Aumentando a receita o índice cai", declara Ivan Jorge.

LEI DA TRANSPARÊNCIA

Município vai exibir salários dos servidores

LUCAS JUNOT

Depois de divulgar os rendimentos mensais de categorias grevistas, a Prefeitura de Campo Grande agora vai dar publicidade aos salários de todos os 17.800 servidores municipais. Desde que entrou em operação, o portal da transparência do Executivo Municipal está desatualizado. Segundo a assessoria de imprensa da prefeitura, a expectativa é de que todos os valores sejam publicados dentro de uma semana.

Desde ontem, conforme a prefeitura, o Instituto Municipal de Tecnologia da Informação (Imti) está gerando os arquivos para hospedar no Portal da Transparência. A listagem dos rendimentos dos funcionários públicos já foi cedida pela Secretaria Municipal de Administração (Semad), após parecer da Procuradoria Jurídica. As informações estarão disponíveis em lista nominal, onde será indicado o servidor e a remuneração mensal.

Em maio deste ano, Campo Grande foi considerada a 13º Capital brasileira no ranking da Escala Brasil Transparente (EBT), índice da Controladoria-Geral da União (CGU) usado para avaliar o grau de cumprimento às normas de Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). No ano passado, o portal da transparência da prefeitura foi considerado um dos piores entre todas as capitais brasileiras, de acordo com estudo desenvolvido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O município que regulamentou a lei em maio de 2012, atendeu a seis questionamentos, dois foram respondidos parcialmente e apenas dois não respeitaram as exigências.

Em maio, a prefeitura divulgou em coletiva de imprensa os rendimentos dos médicos da Rede Municipal de Saúde, que na época estavam em greve por reajustes salariais. Recentemente, os salários de professores e enfermeiros foram também abertos para rebater os argumentos de reajuste da categoria.

Para o presidente do Sindicato Campo-Grandense dos Trabalhadores em Educação (ACP), Geraldo Gonçalves, a prefeitura errou no momento da divulgação. "Em meio às discussões em que estamos, a divulgação pareceu ser uma punição aos professores, além de apresentar erros. A prefeitura errou, essa divulgação não atende o objetivo da Lei da Informação, que se cumpra a lei então e divulgue de todos", comentou.

A assessoria de comunicação explica que "achou por bem divulgar as informações no Portal da Transparência para que não parecesse que a publicidade dos valores fosse interpretada como uma ação vinculada à celeuma da greve" e que sempre esteve aberta a solicitações de informações com base na Lei de Acesso à Informação.

BRUNO HENRIQUE



OPINIÃO. Geraldo Gonçalves (direita), da ACP: isso é punição

DISPUTA MILIONÁRIA

Governo abre licitação para recuperar estradas

GILDO TAVARES

O governo do Estado abriu licitação para recuperação e manutenção das rodovias estaduais.

A intenção é que as contratações dos serviços sejam assinadas até o mês de julho. Ao todo serão 18 contratos distribuídos nas 17 residências rodoviárias da Agência de Gestão de Empreendimentos (Agesul), com um valor total de R$ 159.273.638,23. As licitações preveem a recuperação e manutenção das vias até 2018.

A maior parte dos recursos que serão aplicados são do Fundo de Desenvolvimento do Sistema Rodoviário do Estado (Fundersul).

Os contratos preveem a recuperação de pontos críticos em todas as rodovias pavimentadas e não pavimentadas.

Entre as rodovias pavimentadas há três trechos críticos que precisam de manutenção rapidamente: 69 quilômetros da MS-338 entre Santa Rita do Pardo e Bataguassu, 67 quilômetros da MS-395, entre Bataguassu e Brasilândia e 77 quilômetros da MS-156, entre Amambai e Caarapó.

A situação mais crítica é das rodovias não pavimentadas, que em Mato Grosso do Sul chega a 12 mil quilômetros de estradas sem asfalto, já as rodovias pavimentadas chegam a 7 mil quilômetros, quase a metade das que não possuem pavimento.

Para o secretário estadual de Infraestrutura (Seinfra), Ednei Marcelo Miglioli, é preciso seguir com as frentes de manutenção para que a recuperação não fique tão onerosa.

PROJETO

Comissão aprova parecer sobre queda de ICMS do diesel

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul aprovou ontem o parecer favorável ao projeto do governo estadual que trata sobre a redução na alíquota do ICMS (Imposto sobre Cirulação de Mercadorias e Serviços) do óleo diesel. O objetivo é tornar as operações internas com óleo diesel, até 31 de dezembro de 2015, sujeitas à incidência de ICMS, com alíquota de 12% ante os 17% aplicados atualmente. O PL deu entrada na ALMS dia 17 de junho e segue em tramitação em regime de urgência a pedido do governador Reinaldo Azambuja (PSDB) para que, se aprovado pelos deputados em plenário, passe a vigorar a partir de 1º de julho.

